

**HABEAS CORPUS Nº 502.430 - SP (2019/0094983-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CAIQUE AUGUSTO MAIA DE LIMA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAIQUE AUGUSTO MAIA DE LIMA, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que negou provimento à Apelação n. 0000688- 98.2017.8.26.0540, pela defesa.

Neste *writ*, o impetrante alega constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação a justificar a elevação da pena-base, visto que foram utilizados elementos inerentes ao delito e a gravidade abstrata, aduzindo, ainda, que o *quantum* de aumento da reprimenda basilar foi desproporcional, sendo devida sua redução para a fração de 1/6.

Sustenta a ilegalidade do aumento da sanção em relação à restrição de liberdade da vítima prevista no art. 157, § 2º, inciso V, do CP, tendo em vista que foi por tempo irrelevante, sendo cabível, assim, o seu afastamento.

Assevera que deve ser excluída a causa de aumento da pena pelo emprego de arma, uma vez que não houve apreensão nem perícia do artefato.

Defende, também, a inexistência de motivação válida para fins de elevação da pena pelas majorantes do roubo, destacando que houve *reformatio in pejus* em virtude da alteração da fração de aumento pela Corte de origem para 5/12.

Aduz a nulidade do *decisum* quanto à fixação do regime prisional para o início do resgate da reprimenda.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja redimensionada a pena e alterado o regime inicial para o semiaberto.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator